

José Miguel Garcia Medina

Curso de

Direito Processual Civil Moderno

3.ª edição revista, atualizada e ampliada
da obra *Direito Processual Civil Moderno*

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora Responsável

MARISA HARMS

Diretora de Operações de Conteúdo

JULIANA MAYUMI ONO

Editores: Aline Darcy Flôr de Souza, Andréia Regina Schneider Nunes, Cristiane Gonzalez Basile de Faria, Diego Garcia Mendonça, Iviê A. M. Loureiro Gomes, Luciana Felix e Marcella Pâmela da Costa Silva

Assistentes Administrativos Editoriais: Francisca Lucélia Carvalho de Sena e Juliana Camilo Menezes

Produção Editorial

Coordenação

DANIEL CESAR LEAL DIAS DE CARVALHO

Analistas de Operações Editoriais: André Furtado de Oliveira, Bryan Macedo Ferreira, Damares Regina Felício, Danielle Rondon Castro de Moraes, Felipe Augusto da Costa Souza, Felipe Jordão Magalhães, Fernanda Teles de Oliveira, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos, Juliana Cornacini Ferreira, Maria Eduarda Silva Rocha, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra, Rafaella Araujo Akiyama, Thiago César Gonçalves de Souza e Thiago Rodrigo Rangel Vicentini

Qualidade Editorial e Revisão

Coordenação

LUCIANA VAZ CAMEIRA

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier Silva, Daniela Medeiros Gonçalves Melo, Marcelo Ventura e Maria Angélica Leite

Analistas Editoriais: Daniele de Andrade Vintecinco, Maria Cecilia Andreo e Mayara Crispim Freitas

Capa: Chrisley Figueiredo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

CAIO HENRIQUE ANDRADE

Analista de Produção Gráfica: Rafael da Costa Brito

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Medina, José Miguel Garcia
Curso de Direito processual civil moderno / José Miguel Garcia Medina. -- 3. ed.
rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2017.

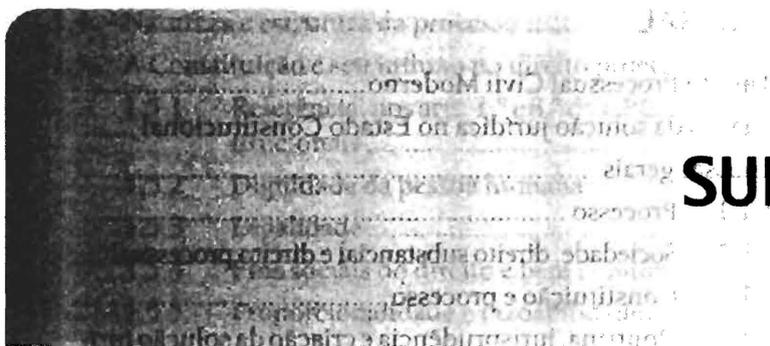
Bibliografia.
ISBN: 978-85-203-7151-0

1. Processo Civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

16-00256

CDD-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81) 347.9(81)
2. Brasil : Processo civil 347.9(81) 347.9(81)



SUMÁRIO

ESTRUTURA DA OBRA	9
AGRADECIMENTOS	13
PREFÁCIO	15
NOTA À 3.^a EDIÇÃO	17
INTRODUÇÃO	67
1. Premissas	67
2. O Direito Processual Civil Moderno.....	69
2.1. Perfil do Código de Processo Civil de 1973	69
2.2. Mutações da sociedade e do direito substantivo	69
2.3. A Constituição Federal de 1988	71
2.3.1. A norma constitucional como ponto de partida.....	71
2.3.2. Institutos fundamentais do direito processual civil em revista ..	72
2.4. As reformas legislativas até se chegar à versão derradeira do Código de 1973	73
3. Estrutura do Código de Processo Civil de 2015.....	74
4. Realidade brasileira	75
4.1. Busca por justiça	75
4.2. Limitações do Poder Judiciário.....	76
5. O jurista e o enfrentamento dos problemas de seu tempo.....	77
6. Plano da presente obra	78

CAPÍTULO I – PARTE GERAL

1. Fundamentos do Direito Processual Civil Moderno.....	79
1.1 Processo e criação da solução jurídica no Estado Constitucional	79
1.1.1 Premissas gerais	79
1.1.1.1 Processo	79
1.1.1.2 Sociedade, direito substancial e direito processual ...	80
1.1.1.3 Constituição e processo.....	80
1.1.1.4 Doutrina, jurisprudência e criação da solução jurídica.....	81
1.1.2 A criação da solução jurídica no processo	82
1.1.2.1 Complexidade da sociedade e do sistema jurídico	82
1.1.2.2 Adequação da lei à Constituição. Controle jurisdicional de constitucionalidade.....	84
1.1.2.3 O problema dos <i>hard cases</i> . Os casos “trágicos”	85
1.1.2.4 Regras com conteúdo vago ou indeterminado, cláusulas gerais e princípios jurídicos	86
1.1.2.5 Princípios jurídicos. Noção	87
1.1.2.6 Criação judicial da solução jurídica fundada em princípios	89
1.1.2.7 “Sopesamento” de princípios colidentes e fundamentação racional da decisão judicial	91
1.1.2.8 Conflito de leis e diálogo das fontes (<i>Dialog der Quellen</i>)	92
1.1.2.9 Decisão por equidade	94
1.1.3 O direito processual civil e suas fontes	94
1.1.3.1 Normas aplicáveis à jurisdição civil.....	94
1.1.3.2 <i>Status</i> normativo de tratados e convenções internacionais que versem sobre direito processual	94
1.1.3.3 Código de Processo Civil e leis especiais. Contradições, incompatibilidades e diálogos	96
1.1.3.4 Leis estaduais e distritais	98
1.1.3.5 Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil a outras modalidades de processo.....	101
1.1.3.6 Direito intertemporal processual. Direitos adquiridos processuais.....	102
1.2 Processo e outros métodos de soluções de controvérsias	103
1.3 Fins do processo civil	104

1.4	Natureza e estrutura do processo	105
1.5	A Constituição e seu influxo no direito processual civil	107
1.5.1	Referência, nos arts. 1.º e 8.º do CPC/2015, a princípios constitucionais	107
1.5.2	Dignidade da pessoa humana	107
1.5.3	Legalidade	110
1.5.4	Fins sociais do direito e bem comum	111
1.5.5	Proporcionalidade e razoabilidade	112
1.5.6	Eficiência	114
1.6	Princípios do direito processual civil moderno	114
1.6.1	Premissas	114
1.6.2	Garantias mínimas do devido processo legal	115
1.6.3	Acesso formal à justiça. Inafastabilidade da jurisdição	116
1.6.4	Acesso à ordem jurídica justa. Variados meios de solução de conflitos. Justiça multiportas.....	117
1.6.5	Ordem jurídica justa e direito ao processo adequado	118
1.6.6	Inércia da jurisdição, demanda e impulso oficial	118
1.6.7	Direito à participação procedimental	119
1.6.8	Contraditório	120
1.6.9	Isonomia processual.....	122
1.6.10	Juiz natural e imparcialidade	122
1.6.11	Segurança jurídica e proteção à confiança	123
1.6.12	Boa-fé objetiva.....	124
1.6.13	Cooperação	127
1.6.14	Economia processual	129
1.6.15	Razoável duração do processo	129
1.6.16	Publicidade	130
1.6.17	Fundamentação da decisão judicial.....	131
2.	Jurisdição e Ação.....	131
2.1	Direito de ação.....	131
2.1.1	Direito ao processo adequado.....	131
2.1.2	Tutela jurisdicional adequada ao direito material	133
2.1.3	Natureza.....	134
2.1.4	Teoria da relação de <i>status</i>	137
2.1.5	Requisitos	138
2.1.5.1	Interesse e legitimidade	138

2.1.5.2	Legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> (ordinária e extraordinária).....	139
2.1.5.3	Requisitos da demanda e mérito	142
2.1.6	Espécies	144
2.2	Função jurisdicional	148
2.2.1	Natureza.....	148
2.2.1.1	Teorias sobre a função jurisdicional.....	148
2.2.1.2	Exercício da função jurisdicional no Estado Constitucional Democrático de Direito	149
2.2.1.3	Centro de justiça abrangente: centro judiciário de solução consensual de conflitos. Conciliação e mediação	150
2.2.1.4	Jurisdição arbitral.....	152
2.2.1.5	Jurisdição voluntária	153
2.2.2	Tutela jurisdicional preventiva e repressiva. Variações	154
2.2.3	Jurisdição nacional.....	155
2.2.3.1	Limites à jurisdição brasileira.....	155
2.2.3.2	Imunidade de jurisdição	157
2.2.3.3	Jurisdição internacional concorrente. Propositura de ação perante tribunal estrangeiro. Ausência de litispendência.....	157
2.2.3.4	<i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i>	158
2.2.3.5	Eleição de foro exclusivo estrangeiro.....	159
2.2.4	Cooperação jurisdicional internacional	159
2.2.5	Competência interna.....	162
2.2.5.1	Jurisdição e competência.....	162
2.2.5.2	Jurisdição estatal e arbitral: limites de atuação, relações e cooperação	163
2.2.5.3	<i>Translatio iudicii</i> . Efeitos da decisão proferida por juízo estatal incompetente ou por árbitro além dos limites da jurisdição arbitral.....	165
2.2.5.4	Classificações	166
2.2.5.5	Definição do juízo competente	167
2.2.5.6	Relações entre causas e modificações da competência	178
2.2.5.7	Modificação de competência por negócio jurídico processual realizado entre as partes. Limites	184

2.2.5.8	Reconhecimento da incompetência. Efeitos	185
2.2.5.9	Conflito de competência	188
2.2.6	Cooperação jurisdicional nacional.....	189
3.	Sujeitos do Processo.....	190
3.1	Partes	192
3.1.1	Partes processuais como centros de interesse	192
3.1.2	Capacidade de ser parte, capacidade processual e capacidade postulatória. Capacidade e legitimidade processual	193
3.1.3	Capacidade processual e representação	195
3.1.3.1	Noções elementares.....	195
3.1.3.2	Representação da União, dos Estados e do Distrito Federal	195
3.1.3.3	Órgãos do Poder Legislativo	196
3.1.3.4	Massa falida	196
3.1.3.5	Espólio. Inventariante, herdeiros e sucessores.....	197
3.1.3.6	Pessoa jurídica.....	197
3.1.3.7	Condomínio	198
3.1.3.8	Curador especial	198
3.1.3.9	Legitimação do cônjuge ou companheiro	199
3.1.4	Capacidade postulatória.....	200
3.1.4.1	Representação por advogado	200
3.1.4.2	Relevância da representação por advogado. Prerogativas do advogado, na defesa de seu constituinte.....	201
3.1.4.3	Procuração e informações relacionadas às intimações	203
3.1.4.4	Revogação ou renúncia ao mandato	204
3.1.4.5	Advocacia Pública	205
3.1.4.6	Defensoria Pública	207
3.1.5	Correção de vícios atinentes à capacidade processual ou postulatória	211
3.1.6	Sucessão das partes.....	212
3.2	Pluralidade de partes: litisconsórcio.....	213
3.2.1	Regime geral.....	213
3.2.2	Litisconsórcio voluntário. Limites. Formação ulterior de litisconsórcio voluntário	214

3.2.3	Restrições ao litisconsórcio voluntário. Litisconsórcio multitudinário. Vedação da Lei 13.188/2015.....	215
3.2.4	Litisconsórcio unitário	216
3.2.5	Litisconsórcio necessário	217
3.3	Intervenção de terceiros	219
3.3.1	Considerações gerais. Ingresso de terceiros no processo, para tornarem-se partes ou sujeitos processuais de outra natureza	219
3.3.2	Assistência	221
3.3.2.1	Assistência simples (ou adesiva) e litisconsorcial (ou qualificada). Aproximações e distinções	221
3.3.2.2	Assistência litisconsorcial e litisconsórcio unitário voluntário ulterior	222
3.3.2.3	Assistência simples. Terceiro que pode tornar-se substituto processual.....	223
3.3.3	Denúnciação da lide	225
3.3.3.1	Demanda do denunciante contra o denunciado ...	225
3.3.3.2	Admissibilidade da denúnciação da lide	225
3.3.3.3	Direito de regresso não pleiteado através da denúnciação. Apresentação da pretensão em ação autônoma	226
3.3.3.4	Denúnciação da lide individual, coletiva e <i>per saltum</i> . Denúnciações sucessivas	226
3.3.3.5	Conteúdo e momento da denúnciação	227
3.3.3.6	Partes e terceiro: posição processual, após a denúnciação	228
3.3.3.7	Julgamento da denúnciação. Efeitos. Sucumbência..	228
3.3.4	Chamamento ao processo	230
3.3.4.1	Finalidade do chamamento ao processo	230
3.3.4.2	Chamamento ao processo e denúnciação da lide: aproximações e distinções.....	230
3.3.4.3	Efeitos da sentença de procedência, em relação aos réus	231
3.3.5	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	232
3.3.5.1	Natureza: incidente, não processo autônomo.....	232
3.3.5.2	Admissibilidade da descon sideração da personalidade jurídica.....	233

3.3.5.3	Aspectos procedimentais, julgamento e efeitos da decisão	235
3.3.6	<i>Amicus curiae</i>	236
3.3.6.1	Natureza da intervenção do <i>amicus curiae</i>	236
3.3.6.2	Direito à participação procedimental e legitimação das decisões judiciais. Intervenção do <i>amicus curiae</i> no CPC/2015. Crítica	236
3.3.6.3	Formas de intervenção do <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro	239
3.3.6.4	Atos processuais que podem ser praticados pelo <i>amicus curiae</i>	240
3.4	Deveres dos sujeitos do processo	241
3.4.1	Conduta dos sujeitos do processo. Abrangência da regra prevista no art. 77 do CPC/2015	241
3.4.2	<i>Contempt of Court</i>	242
3.4.3	Atentado	242
3.4.4	Sanção pelo descumprimento de deveres processuais	243
3.4.5	Litigância de má-fé	243
3.4.5.1	Caracterização do exercício abusivo de direitos processuais	243
3.4.5.2	Dever de indenizar por litigância de má-fé	244
3.4.6	Despesas processuais e honorários advocatícios	247
3.4.6.1	Despesas e custas processuais	247
3.4.6.2	Honorários advocatícios	251
3.4.6.3	Sucumbência <i>versus</i> causalidade	257
3.4.6.4	Sucumbência recursal	259
3.5	Gratuidade da justiça	261
3.5.1	Abrangência	261
3.5.2	Aspectos procedimentais	263
3.6	Ministério Público	264
3.6.1	Funções institucionais do Ministério Público	264
3.6.2	Exercício do direito de ação pelo Ministério Público	264
3.6.3	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos legis</i>)	267
3.6.4	Intimação do Ministério Público	269
3.7	Juiz e auxiliares da justiça	270
3.7.1	Órgão judicial, organismo jurisdicional e auxiliares da justiça ...	270

3.7.2	Direção do processo pelo juiz	271
3.7.2.1	Direção formal e material do processo	271
3.7.2.2	Exercício da direção do processo pelo juiz e observância de garantias constitucionais	272
3.7.2.3	Dever de prevenção	273
3.7.2.4	<i>Déficit</i> procedimental e ajuste do procedimento às necessidades da causa	273
3.7.2.5	Direção material do processo, poderes do juiz, medidas executivas e de cautela.....	278
3.7.2.6	Gestão dos processos. Observância à ordem cronológica de julgamentos	280
3.7.2.7	Processo simulado ou fraudulento	282
3.7.3	Responsabilidade do juiz.....	282
3.7.4	Imparcialidade do juiz.....	283
3.7.4.1	Imparcialidade, neutralidade e passividade do juiz	283
3.7.4.2	Impedimento e suspeição. Aproximações e distinções. Crítica.....	283
3.7.4.3	Hipóteses de impedimento	285
3.7.4.4	Suspeição e interesse público. Investigação do <i>animus</i> do juiz.....	287
3.7.4.5	Aspectos procedimentais.....	288
3.7.4.6	Impedimento e suspeição de outros sujeitos imparciais do processo.....	291
3.7.5	Auxiliares da justiça	291
3.7.5.1	Perfis gerais	291
3.7.5.2	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça	294
3.7.5.3	Perito.....	297
3.7.5.4	Depositário e administrador	300
3.7.5.5	Intérprete e tradutor	302
3.7.5.6	Conciliador e mediador	303
4.	Atos Processuais.....	309
4.1	Processo e procedimento.....	309
4.2	Teoria do fato jurídico processual.....	310
4.2.1	Fatos e atos processuais.....	310
4.2.2	Atos e negócios processuais.....	311
4.2.3	Declarações unilaterais, bilaterais ou plurilaterais	311

4.2.4	Faculdades, ônus e deveres processuais	312
4.2.5	Negócios jurídicos processuais	313
4.2.5.1	Negócio jurídico processual e ato jurídico <i>stricto sensu</i> processual. Negócios típicos e atípicos. Atipicidade e força normativa da vontade	313
4.2.5.2	Negócios processuais sobre procedimentos, ônus, poderes, faculdades e deveres processuais. Disciplina dos negócios típicos e atípicos	315
4.2.5.3	Calendário processual	319
4.2.6	Preclusão	322
4.2.6.1	Preclusão para as partes e limites à atuação jurisdicional	322
4.2.6.2	Preclusão para o juiz. “Preclusão <i>pro judicato</i> ”? Precisões conceituais. Crítica	322
4.2.6.3	Espécies de preclusão, em relação às partes	325
4.2.6.4	Vedações à atuação ulterior do órgão jurisdicional e preclusão	326
4.3	Forma do processo e do ato processual	327
4.3.1	Forma e conteúdo do ato processual. Vontade e função (causa ou fim) do ato processual	327
4.3.2	Forma dos atos processuais	328
4.3.3	Forma do processo e devido processo legal: formalismo constitucional	329
4.3.4	Forma e finalidade do processo. Instrumentalidade das formas	330
4.3.5	Língua portuguesa como idioma oficial	331
4.4	Publicidade dos atos processuais	332
4.4.1	Publicidade absoluta (ou externa), como regra, temperada com publicidade restrita (ou interna) dos atos processuais. Raiz constitucional	332
4.4.2	Publicidade absoluta <i>versus</i> restrita (segredo de justiça). Interesse público ou social. Intimidade	333
4.5	Prática eletrônica de atos processuais	336
4.5.1	Aspectos gerais	336
4.5.2	Prática e registro de atos processuais por meio eletrônico: <i>atualidade</i> e <i>virtualidade</i> . Oralidade e processo eletrônico	338
4.5.3	Prática de atos por meio eletrônico: processo ou procedimento?	339

4.5.4	Assinatura eletrônica.....	341
4.5.5	Garantias de acesso ao sistema de processo eletrônico	343
4.6	Atos das partes	347
4.7	Atos do juiz	348
4.7.1	Atos, pronunciamentos e decisões do juiz.....	348
4.7.2	Decisão, sentença e criação da solução jurídica. Criatividade e discricionariedade. Decisão judicial como ato lógico, de inteligência e de crítica.....	348
4.7.3	Confronto entre os conceitos de sentença e de decisão interlocutória, no CPC/1973 e no CPC/2015. Crítica	350
4.7.4	Decisões final (sentença) e interlocutória. Conceito restritivo de sentença e extensivo de decisão interlocutória, no CPC/2015. Momento de prolação, conteúdo e abrangência da decisão.....	351
4.7.5	Decisões final e interlocutória. Momento da prolação. “Fase” processual	352
4.7.6	Decisões global e parcial. Abrangência	353
4.7.7	Das <i>sentenças</i> interlocutórias às <i>decisões</i> interlocutórias.....	353
4.7.8	Da “sentença interlocutória mista” à “sentença liminar”. Ausência de tratamento diferenciado entre as decisões liminares e as demais decisões interlocutórias, no CPC/1973 e no CPC/2015.....	355
4.7.9	Momentos em que pode haver decisão sobre o mérito, no CPC/2015. Decisão final (sentença) sobre o mérito e decisão interlocutória sobre o mérito.....	356
4.7.10	Classificação das decisões, em atenção ao seu objeto.....	357
4.7.10.1	Aspectos gerais	357
4.7.10.2	Decisões definitivas (ou de mérito). Objeto litigioso.....	357
4.7.10.3	Decisões definitivas homologatórias	358
4.7.10.4	Decisões sumárias sobre o mérito, ou sobre os efeitos da decisão definitiva	359
4.7.10.5	Decisões quase definitivas	360
4.7.10.6	Decisões terminativas (ou processuais).....	361
4.7.10.7	Decisões não terminativas	361
4.7.10.8	Decisões simples	362
4.7.11	Despachos.....	362
4.7.11.1	Decisões e despachos.....	362
4.7.11.2	Despachos e atos meramente ordinatórios	363

4.7.12	Capítulos da decisão. Capítulos e questões	364
4.7.13	Acórdãos e pronunciamentos monocráticos proferidos em tribunais e turmas recursais de juizados. Julgamento colegiado em primeiro grau	366
4.7.14	Forma e publicidade da decisão judicial. Assinatura do juiz	367
4.8	Atos do escrivão ou chefe de secretaria	370
4.9	Lugar dos atos processuais	371
4.10	Tempo dos atos processuais	372
4.11	Prazos processuais	373
4.11.1	Prazos processuais legais, judiciais e convencionais	373
4.11.2	Modificações dos prazos processuais	374
4.11.2.1	Prazos peremptórios e dilatórios	374
4.11.2.2	Modificação dos prazos processuais legais por convenção das partes	375
4.11.2.3	Modificação judicial dos prazos processuais legais	376
4.11.3	Observância do prazo e preclusão	376
4.11.3.1	Prazos próprios e impróprios	376
4.11.3.2	Extinção do direito de praticar o ato pelo decurso do prazo (preclusão temporal)	377
4.11.3.3	Direito à emenda dentro do prazo processual. Mitigação da preclusão consumativa	378
4.11.3.4	Ato praticado antes do termo inicial do prazo	378
4.11.3.5	Preclusão e justa causa	379
4.11.4	Crítérios relativos aos prazos processuais	380
4.11.4.1	Termo inicial	380
4.11.4.2	Contagem do prazo	381
4.11.4.3	Prorrogação, suspensão, restituição do prazo	383
4.12	Comunicação dos atos processuais	386
4.12.1	Cartas e comunicações entre órgãos jurisdicionais	386
4.12.1.1	Cooperação e comunicação	386
4.12.1.2	Modalidades das cartas	387
4.12.1.3	Aspectos procedimentais	388
4.12.2	Citação	390
4.12.2.1	Precisões conceituais	390
4.12.2.2	Citação e integração da relação processual	392
4.12.2.3	Efeitos da citação	395

4.12.2.4	Modalidades de citação. Restrições legais.....	400
4.12.2.5	Citação por meio eletrônico	402
4.12.2.6	Citação pelo correio.....	403
4.12.2.7	Citação por oficial de justiça.....	405
4.12.2.8	Citação com hora certa	407
4.12.2.9	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	408
4.12.2.10	Citação por edital	409
4.12.2.11	Procedimento edital	410
4.12.3	Intimações.....	412
4.12.3.1	Finalidade	412
4.12.3.2	Meios de intimação.....	413
4.12.3.3	Endereçamento e publicação da intimação. Requisitos	417
4.12.3.4	Arguição da nulidade da intimação. Republicação e reabertura do prazo	418
4.13	Nulidades processuais.....	419
4.13.1	Nulidade processual como técnica de proteção das garantias processuais.....	419
4.13.2	Nulidade e produção de efeitos	419
4.13.3	Nulidade como sanção	420
4.13.4	Existência e validade dos atos processuais. Nulidade ou anulabilidade (ou nulidade absoluta e relativa) do ato processual. Precisos conceituais.....	420
4.13.5	Conteúdo e forma do ato processual. Função (ou causa, ou finalidade essencial) do ato processual. Finalidade alcançada... ..	422
4.13.6	Forma cuja inobservância não recebe a sanção de nulidade. Nulidades cominadas e não cominadas	423
4.13.7	Abordagem funcional dos requisitos processuais. Dogma da prioridade	424
4.13.8	Sistema processual e nulidades.....	424
4.13.8.1	Princípios do processo civil moderno e nulidades processuais	424
4.13.8.2	Contraditório efetivo. Dever de consulta.....	425
4.13.8.3	Dever de prevenção contra o surgimento de vícios processuais e contra a decretação de nulidades. Dever de esclarecimento.....	425

4.13.8.4	Alcance do art. 276 do CPC/2015. Dever de cooperação, boa-fé objetiva e proibição de <i>venire contra factum proprium</i>	426
4.13.9	Regime das nulidades no direito processual civil moderno ...	428
4.13.9.1	Convalidação do ato processual e preclusão	428
4.13.9.2	Importância da alegação oportuna do vício pela parte	429
4.13.9.3	Aproveitamento dos atos processuais	431
4.13.9.4	Restrição da nulidade. Vício de parte do ato	431
4.13.9.5	Ineficácia dos atos dependentes do anulado e ausência de repercussão, em relação aos atos independentes	432
4.13.9.6	Decretação da nulidade e manutenção dos efeitos do ato	432
4.13.9.7	Repetição ou retificação de atos processuais viciados.....	433
4.13.9.8	Ausência de prejuízo, apesar do vício processual. Transcendência. Ausência de intimação do Ministério Público	433
4.13.9.9	Vício da citação ou intimação e ineficácia do processo	434
4.14	Distribuição e registro	435
4.14.1	Aspectos gerais.....	435
4.14.2	Livre distribuição e garantias constitucionais do processo ...	436
4.14.3	Distribuição autônoma e “por dependência” (atribuição)....	437
4.14.3.1	Regra geral.....	437
4.14.3.2	Relação entre causas e competência do juízo prevento	437
4.14.3.3	Reiteração de ações idênticas ou análogas	438
4.15	Valor da causa.....	439
4.15.1	Repercussão processual e patrimonial da definição do valor da causa.....	439
4.15.2	Definição do valor da causa	440
4.15.2.1	Impossibilidade de aferição imediata do valor da causa	440
4.15.2.2	Critérios a serem considerados na definição do valor da causa	441
4.15.2.3	Aspectos procedimentais.....	442

5. Formação, Suspensão e Extinção do Processo.....	444
5.1 Formação do processo.....	444
5.1.1 Demanda e citação	444
5.1.2 Momento da propositura da ação	445
5.2 Suspensão do processo	445
5.2.1 Suspensão própria e imprópria.....	445
5.2.2 Hipóteses de suspensão do processo	446
5.3 Extinção do processo	452
5.3.1 Deve-se evitar, sempre que possível, a extinção do processo sem resolução do mérito.....	452
5.3.2 Sentença.....	453

CAPÍTULO II – TUTELA PROVISÓRIA

1. Perfil da tutela provisória no CPC/2015	455
1.1. Situações que exigem atuação jurisdicional mais rápida, ainda que fundada em cognição sumária, à luz da Constituição	455
1.2. Tutelas “provisórias”. Tutelas de urgência e de evidência.....	457
1.3. Tutelas antecedente (<i>ante causam</i>) ou incidental	457
1.4. Tutelas satisfativa, interinal e autônoma.....	458
2. Decisão sobre a tutela provisória.....	459
2.1. Fundamentação	459
2.2. “Poder geral” de cautela ou de antecipação de tutela. Amplitude no CPC/2015.....	459
2.3. Formas típicas de tutelas de urgência e de evidência e conflitos sociais e econômicos não contemplados pelo legislador	460
2.4. Particularmente o poder geral de cautela e sua evolução	462
2.4.1. Concepção tradicional (e restrita) de “poder geral” de cautela... ..	462
2.4.2. Medidas cautelares típicas ou nominadas em face do “poder geral” de cautela	463
2.4.3. “Medida idônea para assecuração do direito”. O rol exemplificativo de medidas apresentado pelo art. 301 do CPC/2015. Substituição por caução	465
2.4.4. Fungibilidade entre medidas cautelares. <i>Da mihi factum, dabo tibi ius</i>	467
2.4.5. “Poder geral” de cautela e concessão de medidas assecuratórias <i>ex officio</i>	468

2.5.	Requisito negativo para a tutela antecipada: irreversibilidade dos efeitos	468
2.5.1.	Irreversibilidade dos efeitos e vedação à concessão de liminar de urgência de natureza antecipatória. <i>Periculum in mora</i> “inverso”	468
2.5.2.	Comparação entre bens jurídicos. Irreversibilidade dos efeitos antecipados <i>versus</i> irreversibilidade dos efeitos decorrentes da não antecipação	469
2.5.3.	Irreversibilidade e tutelas satisfativas autônomas.....	473
2.6.	Antecipação dos efeitos da tutela em ações de conhecimento declaratórias e constitutivas.....	473
3.	Competência e tutela provisória.....	474
3.1.	Aspectos gerais.....	474
3.2.	Resiliência da regra prevista no art. 299 do CPC/2015 e tutela requerida em caráter antecedente.....	474
3.3.	Tutela requerida em caráter antecedente e prevenção.....	475
3.4.	Tutela requerida nos tribunais.....	476
3.5.	Juízo arbitral e tutelas de evidência e de urgência.....	478
4.	Efetivação da decisão que concede tutela provisória. Atipicidade dos meios de realização das tutelas de urgência e de evidência	479
5.	Tutela de urgência	481
5.1.	Tutelas antecipada e cautelar: aproximações, distinções e “fungibilidade”	481
5.2.	Provisoriidade da tutela de urgência ou de evidência. Distinção entre provisoriedade (da tutela satisfativa) e temporariedade (da tutela cautelar)	482
5.3.	<i>Periculum</i>	484
5.3.1.	Perigo de dano e perigo de demora	484
5.3.2.	Probabilidade do direito. Urgência e sumariedade da cognição. <i>Fumus boni iuris</i>	485
5.3.3.	Sumariedade da cognição sobre o <i>periculum</i> . Sentido de “urgência”	486
5.3.4.	Qualidade da cognição sobre <i>fumus</i> e <i>periculum</i> , tutela antecipada e cautelar.....	486
5.3.5.	Importância do bem jurídico tutelado: entre <i>fumus</i> e <i>periculum</i>	487
5.3.6.	Interação entre <i>fumus boni iuris</i> e <i>periculum</i>	487
5.4.	Prestação de caução (contracautela)	488

5.5.	Liminar inaudita altera parte e contraditório diferido. Indeferimento da liminar e concessão posterior, no curso do processo.....	489
5.6.	Audiência de justificação prévia	490
5.7.	Responsabilidade objetiva do demandante.....	490
6.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	491
6.1.	Tutela antecipada contemporânea à propositura da ação.....	491
6.1.1.	Tutela <i>ante causam</i> ?	491
6.1.2.	Concessão da liminar e aditamento da petição inicial. “Confirmação” do pedido. Correção do valor da causa e custas....	492
6.1.3.	Concessão da liminar e não aditamento da petição inicial. Extinção do processo com perda da eficácia da liminar <i>versus</i> extinção do processo com estabilização da liminar concedida	492
6.1.4.	Indeferimento da liminar e “emenda” da petição inicial. Possibilidade de aditamento	493
6.1.5.	Pedido de natureza cautelar realizado sob a denominação de tutela antecipada. “Fungibilidade” e adequação procedimental.....	493
6.2.	“Estabilização” da tutela concedida em caráter antecedente.....	493
6.2.1.	Das “cautelares satisfativas” às tutelas satisfativas autônomas	493
6.2.2.	Satisfatividade, tutelas de urgência e de evidência. Abrangência do regime previsto no art. 304 do CPC/2015	495
6.2.3.	Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada) da tutela satisfativa autônoma	496
6.2.4.	Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de apresentação de pedido principal.....	496
6.2.5.	Provisoriedade e estabilidade dos efeitos da decisão. Inexistência de coisa julgada.....	497
6.2.6.	Inexistência de ônus de apresentação de pedido principal ou de ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes	499
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	500
7.1.	Pedido de tutela cautelar em caráter antecedente. Petição inicial com pedido de tutela cautelar e posterior aditamento, com acréscimo do pedido principal	500
7.2.	“Fungibilidade” entre tutela cautelar e tutela antecipada. Adequação procedimental do requerimento de tutela de urgência	501

7.3.	Citação, resposta do réu e revelia.....	501
7.4.	Cautelar <i>ante causam</i> e apresentação do pedido principal. Cumulação sucessiva de pedidos. Aditamento do pedido e causa de pedir cautelar	502
7.5.	Termo inicial do prazo para apresentação do pedido principal	502
7.6.	Intimação do pedido principal e prazo para apresentação de resposta. Variações, em se tratando de procedimentos distintos do comum	503
7.7.	Cessação da eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente	504
7.8.	Sentença cautelar e coisa julgada.....	505
8.	Tutela da evidência.....	507
8.1.	Amplitude da tutela de evidência no CPC/2015	507
8.2.	Presença de urgência e tutela da evidência	507
8.3.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte	508
8.4.	Tese jurídica pacificada na jurisprudência sobre fatos comprovados documentalmente	508
8.5.	Pedido reipersecut�rio fundado em prova documental do contrato de depósito	509
8.6.	Não oposição de prova, pelo réu, capaz de gerar d�vida razoável a respeito de fatos constitutivos comprovados documentalmente pelo autor.....	509
8.7.	Evidência, tutela antecedente e estabilização. Tutela satisfativa autônoma	510

CAPÍTULO III – PROCESSO DE CONHECIMENTO. PROCEDIMENTO COMUM

1.	Perfis gerais.....	511
1.1.	Processo de conhecimento, cumprimento de sentença e procedimentos especiais	511
1.2.	Ações de conhecimento “puras” e procedimento comum	512
1.3.	Técnicas contempladas no procedimento comum e no cumprimento de sentença.....	512
1.4.	Aplicação subsidiária das regras do procedimento comum a outros procedimentos	513
1.5.	Opção entre procedimento comum (e respectivo cumprimento de sentença) e de execução	514
1.6.	“Fases” do procedimento comum	514

2. Propositura da demanda	515
2.1. Inércia da jurisdição e demanda	515
2.2. Petição inicial	515
2.2.1. Veiculação do libelo na petição inicial. Repercussão ao longo do processo	515
2.2.2. Elementos formais e endereçamento	517
2.2.3. Partes	517
2.2.4. “Fatos e fundamentos jurídicos do pedido”	519
2.2.4.1. Causa de pedir próxima e remota, ativa e passiva ...	519
2.2.4.2. Fatos simples e causa de pedir	520
2.2.4.3. Substanciação e individuação. Substanciação restrita	521
2.2.4.4. <i>Iura novit curia. Da mihi factum dabo tibi ius</i>	521
2.2.4.5. O uso da jurisprudência como referencial, pelas partes. Admissibilidade e inépcia. Argumentação e convencimento judicial	522
2.2.4.6. Indicação das obrigações em torno das quais se litiga e do valor incontroverso como requisito específico da petição inicial	524
2.2.5. Pedido	526
2.2.5.1. Pedidos imediato e mediato	526
2.2.5.2. Precisão do pedido imediato (“pedido certo”). Interpretação e boa-fé	526
2.2.5.3. Pedido mediato determinado ou indeterminado (genérico)	527
2.2.5.4. Pedido de obrigações alternativas (“pedido alternativo”)	528
2.2.6. Cumulação de ações	528
2.2.6.1. Cumulação objetiva e subjetiva, originária e superveniente, simples e sucessiva	528
2.2.6.2. Requisitos	529
2.2.6.3. Cumulação aparente ou imprópria	531
2.2.7. Indicação de provas	532
2.2.8. Requerimento expresso e específico para a citação do réu não é requisito formal da petição inicial	533
2.2.9. Opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou mediação	533

2.2.10.	Documentos que devem instruir a petição inicial.....	534
2.3.	Alteração dos elementos da ação após a propositura da demanda.....	535
2.3.1.	Estabilização dos elementos da ação	535
2.3.2.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir, até a citação e após esta, mas até o saneamento do feito. Alteração de fundamentos legais	535
2.3.3.	Alteração, aditamento ou realização de novo pedido após a revelia.....	536
2.3.4.	Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir após o saneamento do feito	536
2.3.5.	Alteração das partes após a propositura da ação. Concessão de liminar e formação ulterior de litisconsórcio ativo.....	537
3.	Atividade jurisdicional preliminar. Da admissibilidade da demanda à possível solução do mérito.....	538
3.1.	Atividade liminar desenvolvida pelo juiz, quanto aos requisitos processuais e quanto ao mérito	538
3.2.	Juízo de admissibilidade da demanda	539
3.2.1.	Noções gerais	539
3.2.2.	Juízo de admissibilidade ordinatório. Emenda da petição inicial. Dever de prevenção	539
3.2.3.	Juízo de admissibilidade negativo. Indeferimento da petição inicial	541
3.2.3.1.	Aspectos gerais	541
3.2.3.2.	Requisitos da demanda. Teorias da asserção (ou <i>della prospettazione</i>) e da exposição (exame em concreto).....	541
3.2.3.3.	Inépcia da petição inicial	542
3.3.	Improcedência liminar do pedido	543
3.3.1.	Paralelo entre o CPC/2015 e o CPC/1973.....	543
3.3.2.	Contrariedade manifesta à norma jurídica. A jurisprudência como referencial.....	544
3.3.3.	A precisão da norma, tal como revelada pela jurisprudência. Precisão da sentença de improcedência liminar, fundada em enunciado de súmula ou julgamento de casos repetitivos	545
3.3.4.	Improcedência liminar, em caso de decadência ou prescrição	546
3.4.	Apelação contra a decisão que indefere a petição inicial ou julga improcedente, liminarmente, o pedido.....	547

3.5.	Juízo de admissibilidade positivo e citação do réu, para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação ou para responder.....	548
3.5.1.	Juízo de admissibilidade positivo da demanda. Ausência de decisão “implícita” sobre os requisitos da ação.....	548
3.5.2.	Citação do réu para comparecer à audiência de conciliação ou mediação ou para contestar.....	549
3.5.3.	Não realização da audiência por vontade de uma ou de ambas as partes. As redações dos arts. 334, § 4.º, I do CPC/2015 e 27 da Lei 13.140/2015.....	549
3.5.4.	Causas que não admitem autocomposição.....	552
3.5.5.	Prazos mínimo e máximo para a realização de audiência de conciliação ou mediação. Frustração dos objetivos da lei, face a realidade do Poder Judiciário brasileiro.....	553
3.5.6.	Realização da audiência de conciliação ou mediação.....	554
4.	Atitudes do réu: inação, reação e demanda.....	555
4.1.	Visão geral. Abrangência da contestação no CPC/2015.....	555
4.2.	Reação: apresentação de defesa na contestação.....	557
4.2.1.	Defesa, contraditório e direito de ação, fundamento da defesa e causa de pedir.....	557
4.2.2.	Variações da defesa.....	558
4.2.3.	Princípio da eventualidade.....	560
4.2.3.1.	Concentração da defesa.....	560
4.2.3.2.	Apresentação de novas alegações pelo réu após a contestação.....	560
4.2.4.	Defesa processual.....	561
4.2.4.1.	Preliminares ao mérito.....	561
4.2.4.2.	Variações procedimentais subsequentes à apresentação de defesa processual.....	562
4.2.4.3.	Resolução imediata da questão ou postergação para momento processual posterior.....	563
4.2.4.4.	Primazia do juízo arbitral ao estatal. Necessidade de solução imediata da questão.....	563
4.2.4.5.	Manifestação <i>ex officio</i> sobre matérias de defesa processual como regra. Ausência de alegação de convenção de arbitragem ou de incompetência relativa. Respeito à autonomia de vontade das partes.....	564
4.2.4.6.	Litispêndência e coisa julgada. Teorias da tríplíce identidade e da identidade da relação jurídica material.....	565

4.2.4.7.	Correção da legitimidade no polo passivo	567
4.2.4.8.	Alegação de incompetência relativa.....	567
4.2.5.	Defesa substancial ou de mérito	569
4.2.6.	Ônus da impugnação especificada.....	569
4.3.	Demanda: apresentação de reconvenção na contestação	571
4.3.1.	Natureza da reconvenção. Pedido contraposto e ação dúplice. Aproximações e distinções	571
4.3.2.	Reconvenção e contestação	572
4.3.3.	Cumulação superveniente de ações.....	573
4.3.4.	Partes na reconvenção	573
4.3.5.	Conexão para a reconvenção	574
4.3.6.	Ausência de interesse em reconvir, se o mesmo resultado prático puder ser obtido pelo réu através da defesa apresentada na contestação.....	575
4.3.7.	Contraditório e julgamento.....	576
4.4.	Inércia do réu: ausência de contestação e revelia	577
4.4.1.	Revelia e efeitos da revelia	577
4.4.2.	Hipóteses em que não se presumem verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor	579
4.4.3.	Presunção da veracidade das alegações do autor e improcedência do pedido	580
4.4.4.	<i>Status</i> processual do réu revel.....	580
5.	Providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, saneamento e organização do processo	582
5.1.	Providências preliminares	582
5.1.1.	Finalidade	582
5.1.2.	Ocorrência de revelia, mas não de seus efeitos. Direito do revel à prova.....	583
5.1.3.	Defesa do réu, contraditório e saneamento.....	584
5.2.	Julgamento conforme o estado do processo.....	585
5.2.1.	Visão geral	585
5.2.2.	“Extinção do processo”, com base no art. 354 do CPC/2015	586
5.2.3.	Julgamento “antecipado”, total ou parcial, do mérito	587
5.2.3.1.	Julgamento imediato do mérito	587
5.2.3.2.	Desnecessidade de produção de provas em audiência. Revelia	587
5.2.3.3.	Julgamento imediato do mérito e cerceamento de defesa	588

5.2.3.4.	Julgamento parcial do mérito	589
5.3.	Saneamento e organização do processo	590
5.3.1.	Métodos difuso e concentrado de saneamento	590
5.3.2.	Objetivo do saneamento realizado <i>ex vi</i> do art. 357 do CPC/2015.....	590
5.3.3.	Iniciativa e forma do saneamento e organização do processo. Decisão unilateral do juiz. Negócio jurídico processual realizado em cooperação entre todos os sujeitos processuais	591
6.	Audiência de instrução e julgamento	593
6.1.	Produção de provas em audiência de instrução	593
6.2.	Intimação das partes e prazo mínimo a ser observado para a realização da audiência. Adiamento ou antecipação	593
6.3.	Audiência una e contínua. Cindibilidade. Suspensão e prosseguimento	594
6.4.	Direção da audiência de instrução pelo juiz. Autocomposição e outros meios de solução de conflitos	595
6.5.	Ordem da produção das provas em audiência.....	596
6.6.	Razões finais.....	596
6.7.	Julgamento na audiência	597
6.8.	Documentação da audiência	599
7.	Provas	599
7.1.	Identificação de qual das versões da realidade encontra correspondência nas provas	599
7.2.	Direito à prova.....	601
7.3.	Ação para a produção de provas e produção antecipada de provas	602
7.3.1.	Direito autônomo à prova.....	602
7.3.2.	Ação probatória autônoma e antecipação incidental de produção de prova no curso do processo	603
7.3.3.	Amplitude da realização da prova, na ação probatória. Limites da cognição judicial.....	604
7.4.	Realização da prova	605
7.4.1.	Proposição, admissão, produção e valoração das provas. Provas pré-constituídas e constituendas.....	605
7.4.2.	Direito das partes à prova e poderes instrutórios do juiz.....	605
7.4.3.	Provas inadmissíveis ou inúteis.....	608
7.4.3.1.	Provas obtidas por meios ilícitos	608
7.4.3.2.	Provas desnecessárias	610

7.4.4.	Realização das provas pré-constituídas e das provas constituídas.....	610
7.4.5.	Dever de cooperação	611
7.5.	Objeto da prova	612
7.5.1.	Fatos jurídicos e fatos simples	612
7.5.2.	Fatos que não dependem de prova	613
7.5.3.	Distinção entre fato admitido e fato confessado	613
7.5.4.	Fato notório. Precisos conceituais. Informações disponíveis na internet.....	614
7.5.5.	Fato presumido	617
7.5.6.	Presunção de prejuízo em ilícito relativo à imagem e à moral.....	617
7.5.7.	Prova de teor e vigência de direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário.....	618
7.6.	Ônus da prova	619
7.6.1.	Ônus “objetivo” e “subjetivo”, ou como “regra de julgamento” ou “de conduta”. Repartição do ônus da prova.....	619
7.6.2.	Presunções e inversão do ônus da prova.....	620
7.6.3.	Distribuição dinâmica do ônus da prova. Teoria das cargas probatórias dinâmicas	621
7.6.4.	Prova de fato negativo	625
7.6.5.	Teoria da verossimilhança preponderante (redução do módulo de prova) e ônus da prova.....	626
7.7.	Valoração da prova	627
7.7.1.	Prova e fundamentação racional.....	627
7.7.2.	Do sistema da prova legal ao da íntima convicção. “Livre convencimento” motivado	628
7.7.3.	Hierarquia entre provas. Formalidades <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i>	629
7.7.4.	“Aquisição” (ou “comunhão”) da prova.....	630
7.7.5.	Regras de experiência.....	630
7.7.6.	Apreciação da prova e “convencimento” do juiz. Funções retórica e epistêmica da prova	631
7.7.7.	Desvios cognitivos	632
7.7.8.	Amplitude e profundidade da valoração da prova	634
7.7.9.	Modelos de constatação (<i>standards</i> de prova).....	634

7.8.	Tipicidade e atipicidade dos meios de prova.....	635
7.8.1.	Meios de prova e procedimento destinado à sua produção ...	635
7.8.2.	Prova estatística.....	636
7.8.3.	Prova por amostragem.....	637
7.8.4.	Prova emprestada	639
7.9.	Provas típicas	639
7.9.1.	Considerações gerais.....	639
7.9.2.	Ata notarial	640
7.9.3.	Depoimento pessoal.....	640
7.9.4.	Confissão	643
7.9.4.1.	Natureza e figuras afins.....	643
7.9.4.2.	Confissão espontânea (judicial ou extrajudicial) ou provocada. Pena de confesso	643
7.9.4.3.	Limites e efeitos da confissão	644
7.9.4.4.	Indivisibilidade da confissão	645
7.9.4.5.	Revogação e anulação da confissão	646
7.9.5.	Exibição de documento ou coisa	647
7.9.6.	Prova documental	651
7.9.6.1.	Conceito de documento	651
7.9.6.2.	Documento físico e eletrônico	651
7.9.6.3.	Documentos particulares (ou privados) e públicos. Fé pública	653
7.9.6.4.	Documento <i>ad probationem</i> e <i>ad solemnitatem</i>	654
7.9.6.5.	Autenticidade do documento	654
7.9.6.6.	Valor probante do documento (público ou particular) e das declarações nele constantes. Declarações dispositivas e enunciativas (diretas e indiretas)	656
7.9.6.7.	Originais, reproduções e cópias.....	657
7.9.6.8.	Cartas e registros domésticos. Livros empresariais. Dever de exibição	658
7.9.6.9.	Realização da prova documental e repartições públicas. Ordem judicial. Sigilo	660
7.9.6.10.	Realização da prova documental pelas partes e contraditório	662
7.9.6.11.	Arguição de falsidade.....	664
7.9.6.12.	Cessação da fé de documento	665
7.9.7.	Prova testemunhal	666
7.9.7.1.	Testemunha e memória	666

7.9.7.2.	Admissibilidade da prova testemunhal.....	667
7.9.7.3.	Produção da prova testemunhal	669
7.9.7.4.	Oitiva da testemunha. Cuidados. Perguntas inadmissíveis. Falsas memórias. Valoração do depoimento testemunhal.....	673
7.9.8.	Prova pericial	675
7.9.8.1.	Prova científica ou técnica	675
7.9.8.2.	Prova pericial. Exame, vistoria e avaliação.....	677
7.9.8.3.	Admissibilidade da prova pericial.....	677
7.9.8.4.	Prova técnica simplificada	679
7.9.8.5.	Perito.....	680
7.9.8.6.	Quesitos	684
7.9.8.7.	Realização da perícia e apresentação do laudo	684
7.9.8.8.	Valoração da perícia realizada.....	686
7.9.9.	Inspeção Judicial	688
8.	Sentença.....	690
8.1.	Advertência. Conceito de sentença e âmbito de incidência dos arts. 485 e 487 do CPC/2015.....	690
8.2.	Sentenças terminativas (ou processuais) e definitivas (ou de mérito)	691
8.2.1.	Variações	691
8.2.2.	Decisão terminativa.....	691
8.2.2.1.	Sentença e decisão interlocutória terminativa	691
8.2.2.2.	Função dos requisitos processuais.....	692
8.2.2.3.	Abordagem funcional dos requisitos processuais. Requisitos dispensáveis e indispensáveis.....	693
8.2.2.4.	Dogma da prioridade do exame dos requisitos processuais. Preponderância do exame do mérito.....	695
8.2.2.5.	Ausência de requisitos processuais e prolação de decisão terminativa. As hipóteses previstas no art. 485 do CPC/2015	696
8.2.2.6.	Recurso contra decisão terminativa e juízo de retratação	700
8.2.2.7.	Decisão terminativa e impedimento à repositura da ação.....	700
8.2.2.8.	Proibição ao novo exercício do direito de demandar como sanção pelo abandono da causa.....	701
8.2.3.	Decisão definitiva.....	702
8.2.3.1.	Sentença ou decisão interlocutória sobre o mérito ...	702

8.2.3.2.	Decisão sobre o objeto litigioso	703
8.2.3.3.	Decisão de mérito homologatória.....	703
8.2.3.4.	Decisão sobre a decadência ou a prescrição	703
8.3.	Elementos e efeitos da sentença.....	704
8.3.1.	Elementos essenciais de sentença e de outras decisões judiciais, definitivas (de mérito) ou terminativas (processuais) ...	704
8.3.2.	Dever de fundamentação. Motivação e justificação. Ato de inteligência, declaração e resposta.....	705
8.3.3.	Relatório, fundamentos e dispositivo	706
8.3.4.	Consequência da ausência de elementos essenciais.....	708
8.3.5.	“Questão de fato e de direito” e “questão principal”	709
8.3.6.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais) e subordinadas (ou dependentes)	710
8.3.7.	Fundamento determinante (<i>ratio decidendi</i>)	710
8.3.8.	Decisão não fundamentada, deficientemente fundamentada e falsamente fundamentada (fundamentação fictícia)	711
8.3.9.	Motivação <i>per relationem</i> (ou <i>aliunde</i>)	713
8.3.10.	Concisão e exatidão. Exame integral da pretensão das partes	715
8.3.11.	Decisão certa e relação jurídica condicional. Condenação para o futuro	715
8.3.12.	Correlação entre pedido (e causa de pedir) e julgamento. Decisões <i>infra</i> (ou <i>citra</i>), <i>ultra</i> ou <i>extra petita</i>	716
8.3.13.	Fato ou direito superveniente e fato de conhecimento superveniente	719
8.4.	Julgamento de ações relativas a obrigação de pagar quantia em dinheiro	720
8.4.1.	Pedido genérico e condenação líquida	720
8.4.2.	Fracionamento da decisão sobre o mérito	721
8.4.3.	Hipoteca judiciária.....	723
8.5.	Julgamento de ações relativas a prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa	724
8.5.1.	Tutelas típica e atípica de deveres de fazer e de não fazer	724
8.5.2.	Dever de entregar coisa. Tutelas típica e atípica	725
8.5.3.	Tutela específica e resultado prático equivalente	726
8.5.4.	Variações das tutelas preventiva e repressiva: tutelas inibitória, ressarcitória, pelo equivalente, em forma específica (tutela reintegratória e de reparação em forma específica). Perdas e danos e multa	728

8.5.5.	Tutela contra o ilícito e desnecessidade de demonstração da ocorrência de dano ou da existência de culpa ou dolo	730
8.5.6.	Sentença proferida na ação que tem por objeto emissão de declaração de vontade	731
8.6.	Correção da sentença pelo próprio juiz, após sua prolação.....	732
8.7.	Interpretação da decisão judicial	734
8.8.	Remessa necessária	734
9.	Coisa julgada.....	737
9.1.	Fundamentos	737
9.2.	Conceito. Funções positiva e negativa.....	739
9.2.1.	Coisa julgada material, imutabilidade e indiscutibilidade	739
9.2.2.	Função positiva da coisa julgada. Teorias substantiva e processual	740
9.2.3.	Função negativa da coisa julgada	742
9.3.	Coisa julgada formal e preclusão	744
9.4.	Conteúdo da decisão e coisa julgada	745
9.4.1.	Limites da cognição judicial e coisa julgada. Indiscutibilidade da questão principal expressamente decidida.....	745
9.4.2.	Indiscutibilidade sobre questão prejudicial expressamente decidida.....	746
9.4.3.	Eficácia preclusiva da coisa julgada (princípio do dedutível e do deduzido).....	749
9.4.4.	Relação jurídica de trato continuado.....	750
9.4.5.	Coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum probationis</i> e <i>secundum eventum litis</i>	752
9.5.	Limites da coisa julgada.....	752
9.5.1.	Dispositivo. Motivos e “verdade dos fatos”. <i>Discrîmen</i>	752
9.5.2.	Coisa julgada e motivos determinantes (<i>ratio decidendi</i>). Transcendência	753
9.5.3.	Limites subjetivos	754
10.	“Fases” de liquidação e de cumprimento de sentença	757

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA

1.	Aspectos gerais.....	759
2.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa	761

2.1.	Ação de consignação em pagamento	761
2.1.1.	Consignação extrajudicial e judicial em pagamento.....	761
2.1.2.	Demanda de consignação judicial	762
2.1.3.	Defesa do réu. Extensão e profundidade da cognição judicial	764
2.1.4.	Julgamento.....	765
2.2.	Ação de exigir contas.....	766
2.2.1.	Direito de exigir contas	766
2.2.2.	Apresentação da demanda.....	767
2.2.3.	Resposta do réu e desdobramentos.....	768
2.2.4.	Natureza da sentença	769
2.3.	Ações possessórias	770
2.3.1.	Tutela processual da posse.....	770
2.3.2.	Ameaça e tutela preventiva da posse. Interdito proibitório... ..	771
2.3.3.	Lesão à posse. Turbação e esbulho, manutenção e reintegração	771
2.3.4.	Proteção integral e dinâmica à posse. Fungibilidade	772
2.3.5.	Demanda possessória. Natureza executiva	772
2.3.6.	Juízos possessório e petitório	774
2.3.7.	Ação possessória contra grande número de pessoas, conhecidas ou não. Multidão de citandos	775
2.3.8.	Tutelas de urgência e de evidência da posse	776
2.3.9.	Liminar. Prova da posse. Justificação. Mediação, em litígio coletivo pela posse de imóvel	776
2.4.	Ações de divisão e de demarcação de terras particulares.....	780
2.4.1.	Ações divisórias. Demarcação e divisão	780
2.4.2.	Princípio da especialidade e georreferenciamento.....	781
2.4.3.	Demarcação e divisão extrajudiciais, consensuais ou por procedimento administrativo.....	783
2.4.4.	Demarcação.....	784
2.4.5.	Divisão	787
2.5.	Ação de dissolução parcial de sociedade.....	788
2.5.1.	Precisões terminológicas. Natureza da ação	788
2.5.2.	Propositura da demanda. Requisitos. Cumulação de ações ..	790
2.5.3.	Citação e resposta.....	791
2.5.4.	Liquidação da quota e apuração de haveres sociais.....	793

2.6.	Inventário e partilha.....	795
2.6.1.	Finalidade e natureza do inventário	795
2.6.2.	Inventário extrajudicial.....	797
2.6.3.	Requerimento de inventário.....	797
2.6.4.	Administrador provisório e inventariante	798
2.6.5.	Primeiras declarações.....	800
2.6.6.	Citações e impugnações	801
2.6.7.	Colaões.....	802
2.6.8.	Avaliação e cálculo do imposto. Últimas declarações	803
2.6.9.	Pagamento das dívidas	804
2.6.10.	Partilha.....	805
2.6.11.	Desfazimento da partilha. Anulação e rescisão	807
2.6.12.	Sobrepartilha.....	808
2.6.13.	Arrolamento sumário. Alvará judicial	808
2.7.	Embargos de terceiro	810
2.7.1.	Finalidade	810
2.7.2.	Prazo para a oposição dos embargos de terceiro	811
2.7.3.	Apresentação da demanda.....	812
2.7.4.	Liminar	813
2.7.5.	Citação e resposta.....	813
2.7.6.	Julgamento dos embargos de terceiro	814
2.8.	Oposição	815
2.8.1.	Natureza.....	815
2.8.2.	Aspectos procedimentais.....	815
2.9.	Habilitação	816
2.10.	Ações de família	817
2.10.1.	Disposições a serem observadas em ações de família	817
2.10.2.	Primazia da solução consensual da controvérsia	818
2.10.3.	Intervenção do Ministério Público	820
2.10.4.	Abuso ou alienação parental e depoimento de incapaz.....	820
2.11.	Ação monitória.....	821
2.11.1.	Técnica monitória	821
2.11.2.	Elementos da petição inicial.....	821
2.11.3.	Decisão que admite a pretensão monitória	823
2.11.4.	Cumprimento do mandado pelo réu	823

2.11.5. Não cumprimento do mandado e não apresentação de defesa.....	824
2.11.6. Apresentação de embargos à ação monitória pelo réu.....	825
2.12. Homologação de penhor legal.....	826
2.13. Regulação de avaria grossa.....	827
2.14. Restauração de autos.....	827
3. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	829
3.1. Perfis gerais.....	829
3.1.1. Natureza.....	829
3.1.2. Regras processuais comuns.....	831
3.2. Notificação e interpelação.....	832
3.3. Alienação judicial.....	833
3.4. Divórcio e separação consensuais, extinção consensual da união estável e alteração do regime de bens no matrimônio.....	834
3.4.1. Dissolução consensual da sociedade e do vínculo conjugal e extinção consensual de união estável.....	834
3.4.2. Alteração do regime de bens do casamento.....	835
3.5. Testamentos e codicilos.....	836
3.6. Herança jacente.....	837
3.7. Bens de ausentes.....	838
3.8. Coisas vagas.....	838
3.9. Interdição.....	839
3.10. Tutela e curatela.....	845
3.11. Organização e fiscalização das fundações.....	846
3.12. Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis a bordo.....	847

CAPÍTULO V – LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Liquidação de sentença.....	849
1.1. Excepcionalidade da apuração da extensão da obrigação em demanda autônoma.....	849
1.2. Autonomia da liquidação.....	850
1.3. Liquidação: objeto e natureza.....	850
1.4. Limites da cognição na liquidação.....	851
1.5. Resultado da liquidação igual a zero.....	853
1.6. Liquidação por arbitramento ou por procedimento comum.....	854

1.6.1.	Varição e cumulação das formas de liquidação	854
1.6.2.	Liquidação por arbitramento.....	854
1.6.3.	Liquidação pelo procedimento comum.....	855
1.7.	Liquidação de decisão provisória.....	856
1.8.	Liquidação de sentença coletiva	857
1.8.1.	Definição de outros elementos da obrigação, em relação ao titular do direito individual	857
1.8.2.	Reparação fluida e o fundo de defesa dos direitos coletivos	858
2.	Cumprimento e execução de sentença	859
2.1.	Aspectos comuns	859
2.1.1.	Cumprimento ou execução de decisão judicial?	859
2.1.2.	Cumprimento “definitivo” ou “provisório”. Cumprimento de decisão definitiva e cumprimento de decisão provisória...	860
2.1.3.	Distinção entre cumprimento de decisão condenatória e de decisão executiva	861
2.1.4.	Intimação para cumprimento da sentença na pessoa do advogado do devedor, como regra.....	862
2.1.5.	Âmbito de aplicação das regras relativas ao cumprimento de sentença	863
2.1.6.	Títulos executivos judiciais.....	863
2.1.6.1.	Heterogeneidade do rol de títulos executivos judiciais.....	863
2.1.6.2.	Decisão condenatória	864
2.1.6.3.	Decisão declaratória como título executivo	865
2.1.6.4.	Condenação e obrigação sujeita a condição ou termo. Condenação para o futuro	867
2.1.6.5.	Crédito de auxiliar da justiça aprovado por decisão judicial	867
2.1.6.6.	Decisão homologatória de autocomposição	868
2.1.6.7.	Sentença penal condenatória	870
2.1.6.8.	Decisão arbitral	870
2.1.6.9.	Decisão estrangeira.....	870
2.1.7.	Competência	871
2.2.	Cumprimento de sentença definitiva que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro	872
2.2.1.	Demanda executiva	872
2.2.1.1.	Iniciativa do exequente	872

2.2.1.2.	Legitimidade para se demandar a execução de sentença	873
2.2.1.3.	Elementos formais e substanciais da petição de requerimento de cumprimento	876
2.2.2.	Juízo de admissibilidade. Verificação dos cálculos. Interrupção da prescrição	879
2.2.3.	Intimação do executado. Prazo para pagamento	880
2.2.4.	Pagamento parcial	880
2.2.5.	Medidas coercitivas admissíveis, no cumprimento de sentença.....	880
2.2.5.1.	Multa	880
2.2.5.2.	Protesto de decisão judicial transitada em julgado	881
2.2.5.3.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.....	882
2.2.5.4.	Outras medidas executivas. Incidência da regra prevista no art. 139, IV do CPC/2015	883
2.2.6.	Honorários no cumprimento de decisão que condena ao pagamento de quantia	883
2.2.7.	Formas de oposição do executado no cumprimento de sentença	884
2.2.7.1.	Impugnação ao cumprimento de sentença e arguição de matéria de defesa por simples petição (exceção de pré-executividade).....	884
2.2.7.2.	Arguição de questões relativas à validade do cumprimento de sentença e dos atos executivos pelo executado nos próprios autos. Exceção de pré-executividade.....	884
2.2.7.3.	Matérias a serem arguidas na impugnação ao cumprimento de sentença. Defesa e ação através da impugnação ao cumprimento de sentença	885
2.2.7.4.	Impugnação à execução individual de sentença coletiva. Matérias a serem arguidas.....	887
2.2.7.5.	Excesso de execução. Impugnação e pagamento voluntário parciais.....	887
2.2.7.6.	“Inexigibilidade” de obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em norma considerada inconstitucional pelo STF	888
2.2.7.7.	Prazo para a oposição da impugnação	892
2.2.7.8.	Efeito suspensivo <i>ope judicis</i> da impugnação ao cumprimento de sentença	892

2.2.7.9.	Decisão sobre a impugnação ao cumprimento de sentença	893
2.2.7.10.	Coisa julgada da decisão que julga a impugnação.	893
2.2.7.11.	Impugnação ao cumprimento de sentença e honorários advocatícios.....	894
2.2.8.	Pagamento realizado pelo réu antes de intimado para o cumprimento da sentença. “Execução invertida”	894
2.3.	Cumprimento de sentença provisória que reconhece exigibilidade de obrigação de pagar quantia em dinheiro	895
2.3.1.	Cumprimento provisório de sentença (ou execução de sentença provisória)	895
2.3.2.	Requerimento de execução da sentença provisória	895
2.3.3.	Prestação de caução.....	896
2.3.4.	Cabimento da multa prevista no art. 523 do CPC/2015 e de honorários advocatícios	897
2.3.5.	Responsabilidade do exequente	897
2.3.6.	Modificação (reforma ou anulação) total ou parcial da decisão exequenda. Restituição das partes ao estado anterior	897
2.4.	Cumprimento da sentença que reconhece o dever de prestar alimentos.....	898
2.4.1.	Abrangência e medidas executivas cabíveis.....	898
2.4.2.	Juízo competente	900
2.4.3.	Intimação pessoal do executado	900
2.4.4.	Atitudes possíveis do executado.....	900
2.4.5.	Prisão civil como medida coercitiva	901
2.4.6.	Desconto em folha de pagamento e outros rendimentos do executado.....	902
2.4.7.	Cumprimento da decisão que condena a pagar alimentos por expropriação	903
2.4.8.	Constituição de capital.....	903
2.4.8.1	Natureza e finalidade da constituição de capital ...	903
2.4.8.2.	Aspectos procedimentais.....	904
2.5.	Cumprimento de sentença que reconhece obrigação de pagar quantia pela Fazenda Pública.....	905
2.6.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa	909
2.6.1.	Atuação executiva dos deveres de fazer e de não fazer. Opções do demandante.....	909

2.6.2.	Deveres abrangidos pela regra	909
2.6.3.	Medidas executivas admissíveis	911
2.6.4.	A prisão civil como medida coercitiva	912
2.6.5.	Ordem judicial e crime de desobediência	913
2.6.6.	Execução direta (ou por sub-rogação) e resultado prático equivalente.....	915
2.6.7.	Intervenção judicial em empresa	915
2.6.8.	Multa.....	916
2.6.9.	Dever de entregar coisa	920

CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

1.	Perfis gerais.....	923
1.1.	Conceito de execução.....	923
1.2.	Jurisdição e execução	924
1.3.	Ações de conhecimento e ações de execução.....	925
1.4.	Princípios da execução.....	927
1.4.1.	Princípios de organização técnica.....	927
1.4.2.	Princípios da autonomia e do sincretismo entre cognição e execução	928
1.4.3.	Princípios da <i>nulla executio sine titulo</i> e da execução sem título permitida.....	930
1.4.4.	Princípios da tipicidade e da atipicidade das medidas executivas	935
1.5.	Espécies de ações executivas	939
1.5.1.	Execução fundada em título extrajudicial e outras modalidades de ação executiva	939
1.5.2.	Opções do demandante	941
1.6.	Espécies de meios executivos. Execução direta (por sub-rogação) e indireta (por coerção)	943
1.7.	Correlação entre a medida executiva (direta ou indireta) e o direito tutelado	945
1.8.	Direção formal e material do processo de execução.....	948
1.8.1.	Aspectos gerais sobre os poderes do juiz na direção do processo executivo.....	948
1.8.2.	Cognição judicial na execução	948
1.8.3.	Proporcionalidade. Menor onerosidade da medida executiva e máxima efetividade da execução.....	949

1.8.4.	Órgão judicial e auxiliares da justiça	951
1.9.	Dever de cooperação	952
1.10.	Responsabilidade executiva	953
1.10.1.	Fundamentos	953
1.10.2.	Responsabilidade pessoal	954
1.10.3.	Responsabilidade patrimonial	954
1.10.3.1.	Conceito	954
1.10.3.2.	Responsabilidade patrimonial no plano objetivo ...	955
1.10.3.3.	Responsabilidade patrimonial no plano subjetivo ...	956
1.10.4.	Fraude à execução	959
1.10.4.1.	Alienação ou oneração do bem no curso da ação. Ineficácia, em relação ao exequente	959
1.10.4.2.	Bens sujeitos a registro público	960
1.10.4.3.	Ausência de averbação	961
1.10.4.4.	Bens não sujeitos a registro público	964
1.11.	Execução singular e universal	964
1.11.1.	Execução universal (ou geral)	964
1.11.2.	Insolvência civil e falência	966
1.11.3.	Recuperação judicial de empresa	967
1.12.	Fases do processo de execução. Características comuns	970
2.	Propositura da demanda fundada em título extrajudicial	971
2.1.	Aspectos gerais	971
2.2.	Petição inicial	971
2.2.1.	Petição inicial na execução	971
2.2.2.	Definição do juízo competente	972
2.2.3.	Partes	973
2.2.3.1.	Aspectos gerais	973
2.2.3.2.	Legitimidade para promover a execução	974
2.2.3.3.	Legitimidade passiva para a execução	976
2.2.4.	Título executivo	980
2.2.4.1.	Execução fundada em título executivo extrajudi- cial e <i>nulla executio sine titulo</i> . Limites da cognição judicial	980
2.2.4.2.	Instrução da petição inicial com o título executivo...	982
2.2.4.3.	Configuração do título executivo. Taxatividade. Tipicidade. Limite à incidência do art. 190 do CPC/2015	983

2.2.4.4.	Vícios que impedem a formação total ou parcial do título. Correção ou emenda do ato.....	986
2.2.4.5.	Forma eletrônica dos títulos de crédito e configuração do título executivo	988
2.2.4.6.	Problemas atinentes à conformação do ato à lei, para que seja considerado título executivo	988
2.2.4.7.	Elementos do direito veiculado no título executivo. Obrigação certa, líquida e exigível	995
2.2.4.8.	Demonstrativo de débito atualizado	998
2.2.4.9.	Demonstração de ocorrência de condição ou termo.....	999
2.2.4.10.	Pedido de tutela executiva	1001
2.2.4.11.	Indicação de bens à penhora pelo exequente	1002
2.2.4.12.	Requerimento de intimações	1002
2.2.4.13.	Medidas urgentes	1003
2.2.4.14.	Requerimento de outras medidas executivas a serem realizadas antes da citação	1003
2.2.4.15.	Averbação da execução no registro público	1004
3.	Atividade jurisdicional preliminar do órgão jurisdicional na execução. Da admissibilidade à possível rejeição da demanda executiva	1005
3.1.	Noções gerais	1005
3.2.	Juízo de admissibilidade ordinatório	1005
3.3.	Juízo de admissibilidade negativo	1006
3.4.	Rejeição liminar da demanda executiva.....	1007
3.5.	Juízo de admissibilidade positivo e citação do executado	1008
4.	Embargos à execução e outras formas de defesa do executado	1010
4.1.	Meios de oposição à execução	1010
4.2.	Defesa por simples petição nos próprios autos de execução (exceção de pré-executividade)	1010
4.3.	Ação de conhecimento autônoma	1012
4.4.	Embargos à execução	1013
4.4.1.	Variação sobre conteúdo e natureza.....	1013
4.4.2.	Desnecessidade de penhora, depósito ou caução para a apresentação de embargos à execução	1015
4.4.3.	Prazo para oposição.....	1015
4.4.4.	Autuação em apartado.....	1016

4.4.5.	Embargos à execução por carta.....	1017
4.4.6.	Matérias arguíveis nos embargos à execução	1017
4.4.7.	Juízo de admissibilidade dos embargos	1020
4.4.8.	Recebimento dos embargos à execução com efeito suspensivo	1021
4.4.9.	Contraditório, instrução e julgamento	1024
5.	Atos executivos	1025
5.1.	Observações preliminares	1025
5.2.	Execução por quantia certa	1026
5.2.1.	Perfis gerais	1026
5.2.1.1.	Obrigação de dar quantia em dinheiro.....	1026
5.2.1.2.	Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta)	1027
5.2.1.3.	Incidência de medidas executivas previstas para a execução de título judicial na execução de título extrajudicial, após a declaração judicial de exigi- bilidade da obrigação.....	1027
5.2.1.4.	Expropriação simples e por conversão de bens em dinheiro.....	1028
5.2.1.5.	Modalidades de atos de expropriação. Ordem preferencial	1029
5.2.2.	Início dos atos executivos.....	1030
5.2.2.1.	Aspectos gerais	1030
5.2.2.2.	Averbação da execução, antes da citação	1032
5.2.2.3.	Admissão da execução, determinação de citação e fixação de honorários advocatícios	1034
5.2.2.4.	Citação, não pagamento e realização de atos exe- cutivos. Variação do procedimento, em atenção à modalidade de citação observada	1035
5.2.2.5.	Citação e pagamento imediato ou em parcelas. Pagamento no curso do processo, com a remição da execução	1037
5.2.2.6.	Não localização do executado para citação e arresto executivo. Conversão do arresto em penhora	1040
5.2.3.	Penhora. Perfis gerais	1041
5.2.3.1.	Natureza jurídica.....	1041

5.2.3.2.	Penhora e direito de preferência	1042
5.2.3.3.	Bens que não se sujeitam à execução. Impenhorabilidades	1043
5.2.3.4.	Utilidade da penhora	1058
5.2.3.5.	Ordem entre os bens que podem ser penhorados	1058
5.2.3.6.	Lugar de realização da penhora	1061
5.2.3.7.	Apreensão e depósito.....	1062
5.2.3.8.	Documentação e registro da penhora	1063
5.2.3.9.	Averbação de arresto ou penhora no registro competente	1065
5.2.3.10.	Intimações da penhora	1066
5.2.3.11.	Modificações da penhora.....	1067
5.2.4.	Disciplinas específicas da penhora, quanto a determinados bens.....	1072
5.2.4.1.	Considerações gerais.....	1072
5.2.4.2.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira por meio eletrônico. Penhora <i>on-line</i>	1072
5.2.4.3.	Penhora de créditos.....	1075
5.2.4.4.	Penhora de quota de sociedade empresária em execução movida contra sócio.....	1077
5.2.4.5.	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	1078
5.2.4.6.	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	1080
5.2.4.7.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	1082
5.2.4.8.	Penhora de quota-parte de bem indivisível. Consequências, quanto à avaliação e a expropriação ...	1083
5.2.4.9.	Penhora e direito de superfície	1085
5.2.5.	Avaliação.....	1085
5.2.5.1.	Avaliação do bem e atos de expropriação.....	1085
5.2.5.2.	Avaliação comum e especial. Avaliação realizada por oficial de justiça ou perícia realizada por avaliador.....	1085
5.2.5.3.	Dispensa de avaliação pericial	1086
5.2.5.4.	Laudo de avaliação	1087

5.2.5.5.	Nova avaliação	1087
5.2.5.6.	Modificação da penhora, em razão de alteração no valor do bem.....	1088
5.2.6.	Atos de expropriação.....	1088
5.2.6.1.	Adjudicação, alienação e apropriação.....	1088
5.2.6.2.	Adjudicação	1089
5.2.6.3.	Alienação forçada.....	1092
5.2.7.	Satisfação do crédito.....	1109
5.2.7.1.	Tutela específica e <i>aliud pro alio</i>	1109
5.2.7.2.	Satisfação direta e indireta do crédito	1110
5.2.7.3.	Entrega do dinheiro ao exequente e quitação	1111
5.2.7.4.	Concurso singular de credores	1112
5.3.	Execução para a entrega de coisa.....	1115
5.3.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 498 e 538 do CPC/2015	1115
5.3.2.	Coisa incerta e concentração	1116
5.3.3.	Alienação da coisa no curso da ação	1117
5.3.4.	Liquidação incidental, no curso da execução fundada em título extrajudicial.....	1117
5.3.5.	Satisfação da obrigação e extinção da execução.....	1118
5.4.	Execução das obrigações de fazer ou de não fazer	1118
5.4.1.	Medidas executivas admissíveis. Opção entre execução fundada em título extrajudicial e a via prevista nos arts. 497, 536 e 537 do CPC/2015.....	1118
5.4.2.	Obrigação de fazer.....	1119
5.4.3.	Obrigação de não fazer	1121
5.5.	Execução contra a Fazenda Pública.....	1122
5.6.	Execução de alimentos.....	1123
6.	Suspensão e extinção da execução	1124
6.1.	Suspensão da execução	1124
6.2.	Extinção da execução	1126
6.2.1.	Visão geral.....	1126
6.2.2.	Natureza da decisão que extingue a execução	1127

6.2.3.	Extinção do processo de execução em razão da ausência de requisitos de admissibilidade. Correção do vício e ajuizamento de nova ação	1127
6.2.4.	Desistência da execução e propositura de nova ação	1128
6.2.5.	Prescrição intercorrente	1129
6.2.6.	Declaração de que a obrigação foi satisfeita. Efeito liberatório em favor do executado	1130
6.2.7.	Coisa julgada.....	1131
6.2.8.	Execução indevida e ressarcimento ao executado	1131

CAPÍTULO VII – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

1.	Jurisprudência íntegra, estável e coerente	1133
1.1.	Premissas. Distinção entre entendimento firmado em precedente, jurisprudência e súmula.....	1133
1.2.	Integridade, estabilidade e coerência da jurisprudência no Estado Constitucional e Democrático de Direito	1137
1.2.1.	As bases brasileiras e a influência do direito comparado.....	1137
1.2.2.	<i>Stare decisis</i> e <i>civil law</i>	1141
1.2.3.	Entre a jurisprudência íntegra e o modelo precedentalista ...	1142
1.3.	Enunciados de súmula da jurisprudência. Súmulas em geral (persuasivas) e vinculantes	1145
1.4.	Sentido de precedente, de acordo com o CPC/2015.....	1148
1.4.1.	Em busca de um sentido, de acordo com a lei brasileira. Precedente em sentido substancial e em sentido formal. Os precedentes “qualificados”	1148
1.4.2.	Algumas notas, a partir da experiência da doutrina e da jurisprudência do <i>common law</i> . Concepção adequada ao CPC/2015.....	1149
1.4.3.	Decisões que podem ser consideradas precedentes. Precedente vinculante e persuasivo, no <i>common law</i> e no direito brasileiro	1152
1.4.4.	Precedente “cria” direito, ou apenas o “declara”?	1155
1.4.5.	Dificuldades na fixação de precedentes, frente a textos com conteúdo vago ou indeterminado, aplicáveis a problemas sociais variáveis.....	1155

1.5.	Fixação de entendimentos em jurisprudência, súmula ou precedente e sua observância.....	1156
1.5.1.	Aplicação e distinção do entendimento firmado.....	1156
1.5.2.	Superação de entendimento firmado.....	1157
1.5.3.	Modulação de efeitos de alteração de entendimento firmado.....	1160
1.6.	Pronunciamentos “vinculantes”, à luz do direito brasileiro. Graus de “vinculatividade”.....	1163
1.6.1.	Sentido da expressão “vinculante”. Órgãos que podem emitir pronunciamento de tal natureza.....	1163
1.6.2.	O que vincula? Fundamentos determinantes, tese jurídica, padrão decisório, <i>ratio decidendi</i>	1167
1.7.	Instrumentos dedicados à construção e manutenção da jurisprudência íntegra.....	1168
2.	Aspectos procedimentais comuns dos processos nos tribunais.....	1170
2.1.	Visão geral.....	1170
2.2.	Registro e distribuição.....	1170
2.3.	Direção formal e material do processo pelo relator.....	1171
2.4.	Julgamento pelo órgão colegiado.....	1176
2.4.1.	Elaboração do voto pelo relator.....	1176
2.4.2.	Julgamento por meio eletrônico. Sessão “virtual” (ou “eletrônica”).....	1176
2.4.3.	Designação de dia de julgamento pelo presidente e publicação da pauta.....	1177
2.4.4.	Ordem de preferência dos julgamentos, nas sessões presenciais.....	1178
2.4.5.	Julgamento em sessão presencial e sustentação oral.....	1179
2.4.6.	Questões prévias (preliminares e prejudiciais). Fato superveniente. Julgamento concomitante de agravo de instrumento e de apelação.....	1181
2.4.7.	Pedido de vista.....	1183
2.4.8.	Prolação dos votos. Votos concordantes e divergentes. Decisão unânime ou por maioria.....	1183
2.4.9.	Julgamento não unânime e ampliação do <i>quorum</i>	1185
2.4.10.	Lavratura do acórdão e publicação da ementa.....	1187
2.4.11.	Trânsito em julgado e baixa dos autos.....	1188

3. Recursos.....	1189
3.1. Perfis gerais	1189
3.1.1. Natureza.....	1189
3.1.2. Princípios fundamentais	1190
3.1.2.1. Princípios de organização técnica.....	1190
3.1.2.2. Duplo grau de jurisdição	1191
3.1.2.3. Colegialidade	1192
3.1.2.4. Taxatividade.....	1193
3.1.2.5. Unicidade (singularidade ou unirrecorribilidade)...	1194
3.1.2.6. Fungibilidade	1195
3.1.2.7. Instrumentalidade recursal	1196
3.1.2.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	1198
3.1.3. Juízos de admissibilidade e de mérito.....	1200
3.1.3.1. Perfis gerais	1200
3.1.3.2. Competência para a realização dos juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. Órgãos <i>a quo</i> e <i>ad quem</i>	1201
3.1.3.3. Vícios recursais sanáveis e insanáveis.....	1202
3.1.3.4. Requisitos dos recursos	1203
3.1.3.5. Juízo de mérito dos recursos. Vícios de atividade e de juízo. Reforma, anulação e integração da decisão recorrida	1221
3.1.3.6. Juízo de retratação	1223
3.1.3.7. Juízo de admissibilidade e de mérito do recurso interposto adesivamente.....	1224
3.1.4. Efeitos	1227
3.1.4.1. Efeitos devolutivo e translativo. <i>Reformatio in pejus</i> . Sucumbência recursal e honorários advocatícios	1227
3.1.4.2. Efeito substitutivo	1232
3.1.4.3. Efeito expansivo (ou extensivo) subjetivo ou objetivo (interno ou externo).....	1233
3.1.4.4. Efeito suspensivo e antecipação dos efeitos da tutela recursal. Tutela provisória (de urgência e de evidência) em sede recursal	1235

3.2. Apelação.....	1242
3.2.1. Cabimento	1242
3.2.1.1. Apelação e agravo de instrumento: aproximações e distinções.....	1242
3.2.1.2. Cabimento de apelação contra sentença	1243
3.2.1.3. Cabimento de apelação contra decisão interlocutória	1245
3.2.2. Forma.....	1247
3.2.3. Procedimento em 1.º grau de jurisdição	1249
3.2.4. Procedimento em 2.º grau de jurisdição	1250
3.2.4.1. Atividades do relator	1250
3.2.4.2. Efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da tutela. Tutela provisória.....	1250
3.2.4.3. Julgamento da apelação. Amplitude do efeito devolutivo	1253
3.3. Agravo de instrumento.....	1258
3.3.1. Recursos contra decisões interlocutórias	1258
3.3.2. Cabimento restrito do agravo de instrumento. Taxatividade. Abrangência das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento. Casos de incompatibilidade procedimental com o regime de impugnabilidade da decisão interlocutória apenas em apelação.....	1259
3.3.3. Mandado de segurança e outros sucedâneos recursais	1261
3.3.4. Forma.....	1264
3.3.5. Processamento, efeitos e julgamento do agravo de instrumento	1267
3.4. Agravo interno	1269
3.4.1. Natureza e cabimento.....	1269
3.4.2. Aspectos procedimentais.....	1270
3.4.3. Agravo interno manifestamente inadmissível ou “improcedente”. Fixação de multa.....	1271
3.5. Embargos de declaração	1272
3.5.1. Natureza, objeto e conteúdo.....	1272
3.5.2. Fundamentos	1273
3.5.3. Interrupção do prazo para interposição de outros recursos	1276
3.5.4. Efeitos infringentes e contraditórios	1276

3.5.5.	Efeito suspensivo	1277
3.5.6.	Processamento e julgamento	1277
3.5.7.	Embargos de declaração protelatórios	1278
3.5.8.	Embargos de declaração e prequestionamento	1279
3.6.	Recurso ordinário	1282
3.6.1.	Aspectos gerais	1282
3.6.2.	Cabimento	1283
3.6.3.	Efeitos	1283
3.6.4.	Processamento	1284
3.7.	Recursos extraordinário e especial	1285
3.7.1.	Objeto e conteúdo	1285
3.7.2.	Papel do STF e do STJ, desempenhado através do julgamento dos recursos extraordinário e especial, à luz do Código de Processo Civil de 2015	1286
3.7.3.	Fundamentos do recurso	1288
3.7.3.1.	Aspectos gerais	1288
3.7.3.2.	Decisão final sobre questão de direito constitucional ou federal. Configuração do prequestionamento, à luz do Código de Processo Civil de 2015	1289
3.7.3.3.	Divergência jurisprudencial e recurso especial ...	1291
3.7.3.4.	Pedido de reforma, invalidação ou integração da decisão recorrida	1292
3.7.4.	Processamento dos recursos, no tribunal local	1292
3.7.5.	Processamento dos recursos, nos tribunais superiores	1299
3.7.5.1.	Interposição simultânea de recursos extraordinário e especial	1299
3.7.5.2.	Recebimento de recurso extraordinário como recurso especial, e vice-versa	1300
3.7.5.3.	Competência para decidir sobre a concessão de efeito suspensivo	1303
3.7.6.	Juízos de admissibilidade e de mérito	1305
3.7.6.1.	Distinção	1305
3.7.6.2.	Desconsideração de vício formal do recurso e possibilidade de correção	1306

3.7.6.3.	Fundamentação da decisão que não admite recurso especial, por ausência de dissídio jurisprudencial	1306
3.7.6.4.	Juízo de mérito bifásico	1307
3.7.7.	Efeitos devolutivo e translativo	1307
3.7.8.	Repercussão geral da questão constitucional e recurso extraordinário	1312
3.7.9.	Recursos extraordinário e especial repetitivos.....	1317
3.8.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1324
3.9.	Embargos de divergência.....	1326
3.9.1.	Natureza, objeto e conteúdo.....	1326
3.9.2.	Demonstração da divergência	1327
3.9.3.	Processamento dos embargos de divergência	1327
4.	Ações autônomas de impugnação	1328
4.1.	Ações autônomas de impugnação previstas no direito brasileiro. Aproximações e distinções entre tais ações e recursos.....	1328
4.2.	Ação rescisória, ação anulatória e ação declaratória	1329
4.2.1.	Natureza da ação rescisória	1329
4.2.2.	Objeto e conteúdo da ação rescisória.....	1330
4.2.3.	Fundamentos da ação rescisória.....	1334
4.2.4.	Ação declaratória. Réu não citado	1349
4.2.5.	Ação anulatória	1352
4.2.6.	Prazo para ajuizamento da ação rescisória.....	1353
4.2.7.	Demanda rescisória	1361
4.2.7.1.	Libelo: fundamentos e pedido	1361
4.2.7.2.	Legitimidade	1362
4.2.7.3.	Necessidade de nova procuração para o ajuizamento de ação rescisória.....	1363
4.2.7.4.	Tribunal competente para o julgamento da ação rescisória	1364
4.2.7.5.	Valor da causa.....	1366
4.2.7.6.	Depósito de valor que poderá ser convertido em multa.....	1366
4.2.8.	Juízo de admissibilidade e improcedência liminar do pedido rescisório.....	1366
4.2.9.	Suspensão dos efeitos da decisão rescindenda.....	1367

4.2.10.	Processamento da ação rescisória. Resposta do réu, na ação rescisória. Efeito da revelia. Produção de provas. Razões finais	1368
4.2.11.	Julgamento da ação rescisória	1369
4.2.11.1.	Admissibilidade e mérito da ação rescisória.....	1369
4.2.11.2.	Juízos rescindente e rescisório. Efeitos	1369
4.2.11.3.	Rejeição da ação rescisória. Reversão do valor depositado em favor do réu, a título de multa. Imposição de multa àqueles que são dispensados de realização do depósito prévio.....	1370
4.3.	Mandado de segurança contra ato judicial	1372
4.4.	Reclamação	1375
4.4.1.	Natureza, objeto e conteúdo.....	1375
4.4.2.	Propositura e processamento	1380
4.4.3.	Julgamento.....	1380
5.	Procedimentos relativos a outras ações ou incidentes nos tribunais.....	1381
5.1.	Aspectos gerais.....	1381
5.2.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	1381
5.2.1.	Arguição de inconstitucionalidade em controle difuso.....	1381
5.2.2.	Fundamentação da arguição incidental de inconstitucionalidade	1382
5.2.3.	Reserva de plenário e incompetência de órgão fracionário do tribunal	1383
5.2.4.	Admissão ou dispensa do incidente.....	1384
5.2.5.	Julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade	1385
5.3.	Conflito de competência	1385
5.3.1.	Provocação e processamento.....	1385
5.3.2.	Decisão sobre o conflito de competência.....	1388
5.3.3.	Conflito de atribuições.....	1388
5.4.	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> a carta rogatória.....	1389
5.4.1.	Aspectos gerais.....	1389
5.4.2.	Necessidade de homologação de decisão estrangeira.....	1390
5.5.	Incidente de assunção de competência.....	1391
5.6.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1393

5.6.1. Natureza e pressupostos.....	1393
5.6.2. Aspectos procedimentais.....	1396
5.6.3. Definição, aplicação e revisão da tese firmada	1400
BIBLIOGRAFIA	1403
ÍNDICE ALFABÉTICO–REMISSIVO DE ASSUNTOS	1567